
Violência e juventude em campos de refugiados.

A violência é um conceito escorregadio – não linear, produtivo, destrutivo e reprodutivo. A violência é mimética, gera-se a si própria, de forma a que nos podemos referir à existência de cadeias, espirais ou de um continuum de violência. A violência não pode nunca ser entendida apenas no seu aspecto físico (violência directa: o uso da força, assalto ou inflicção de dor). O conceito de violência deve incluir também os ataques à personalidade e dignidade da vítima. Como tal, ao abordarmos a violência temos de ter presente o conceito de violência estrutural, isto é, a violência da pobreza, da fome, da exclusão social e da humilhação. Como conceito mimético que é, a violência estrutural gera mais violência e inevitavelmente traduz-se em violência doméstica e íntima, assim como em violência social e política (Sheper-Hughes & Bourgois).

É essencial termos presente esta concepção mais alargada de violência de forma a podermos entender o fenómeno da violência entre os jovens concentrados em campos, quer sejam de populações deslocadas ou refugiadas devido a conflitos armados ou catástrofes naturais, quer sejam de imigrantes ilegais não autorizados a ficar nos países de destino.

A abordagem do problema da violência e juventude nos campos de refugiados suscita uma série de questões: Porque é que as populações deslocadas têm comportamentos violentos? Porque é que as camadas mais jovens desta população apresentam uma maior predisposição para a violência? E por último, de que forma o campo constitui um terreno propício à reprodução do fenómeno da violência?

Os campos de refugiados, de deslocados ou de acantonamento constituem um modelo, universalmente aplicado, de receber, alimentar e abrigar pessoas que sofreram uma separação dramática e violenta dos seus contextos sociais e locais de origem. São consequência de migrações massivas forçadas, que resultam tanto da existência de conflitos armados como de situações de extrema precariedade económica. Isto é, são sempre o resultado de situações de violência, quer se trate de violência directa quer se trate de violência estrutural.

As populações que se vêem obrigadas a viver nos campos experimentaram momentos de extrema violência, tenha sido ela infligida directa ou indirectamente (violência estrutural). Essas experiências deixam marcas profundas que resultam no que poderíamos denominar de *Stress Pós-Traumático Colectivo*, predispondo certas populações a uma hipersensibilidade e hiper-vigilância que pode levar a um novo ciclo de violência. (Sheper-Hughes & Bourgois). A própria experiência da separação pode ser traumatizante e violenta, criando condições propícias à formação de grupos ou movimentos sociais com características violentas. As pessoas que se deslocam de uma região para outra perdem as suas raízes, entram muitas vezes em choque com a população local e têm o sentimento de não pertencerem a lado nenhum. Essa insegurança leva a que se juntem aos grupos que lhes estão mais próximos, que partilham os mesmos objectivos. Principalmente se existir a percepção de injustiças e de que existem claros privilégios de uns grupos em relação a outros, facilmente se assiste à organização de grupos que tentam combater essa tendência. Quando um grupo de indivíduos se afasta do convívio da sociedade mais ampla tende a perder os valores anteriores e a adoptar outras crenças. As populações dos campos são constituídas por indivíduos que perderam tudo e essa privação gera grande descontentamento e revolta e por conseguinte uma fácil adesão a grupos armados e violentos (Eva Maria Lakatos). Sobretudo os jovens, perante a ausência de laços familiares, de uma família para cuidar, acabam por ser o grupo mais vulnerável, juntando-se a movimentos e grupos violentos, que lhes transmitem um sentimento de solidariedade social.

Com efeito, a camada jovem da população, ainda em processo de socialização, que não apresenta valores suficientemente enraizados e resistentes a fortes mudanças, é mais violentamente afectada. Oriundo de sociedades anómicas, com fortes tensões étnicas, este grupo etário, que tem uma identidade ainda pouco consolidada, tende facilmente para a violência como forma de auto-organização e criação de novos valores. Os jovens deparam-se com a desagregação e desintegração das sociedades de origem, perdendo a ligação com os valores culturais estruturantes e mecanismos de contenção e regulação de violência. Não apenas

desaparece a ligação à terra, como as instituições passíveis de reproduzirem e transmitirem aqueles valores perdem a sua autoridade perante a nova realidade. Dá-se uma interrupção da socialização do indivíduo e o campo vai constituir o seu novo território, no qual se vai operar a sua ressocialização.

De facto, visto encontrarem-se ainda num estágio inicial do seu processo de socialização, os jovens aderem mais facilmente a novos valores e crenças. A socialização é o processo pelo qual os indivíduos se transformam de crianças indefesas em pessoas auto-conscientes, com conhecimentos, treinadas nas formas de cultura em que nasceram. A socialização liga as diferentes gerações umas às outras, e embora o processo de aprendizagem cultural se prolongue por toda a vida, no decorrer da qual o indivíduo passa por diversas adaptações, esse processo é muito mais intensivo nas primeiras fases da vida (Giddens). É precisamente este processo de socialização que é interrompido quando se dá uma separação violenta do indivíduo do seu *habitat* social. Esta interrupção do processo de socialização é mais violenta e radical em indivíduos que ainda não completaram a formação da sua personalidade, a tomada de consciência da sua identidade distinta e muito menos sequer apreenderam os valores culturais dominantes do seu meio social de origem.

Mas, apesar de se operar uma interrupção do processo de socialização, tal não significa que ele acabe. Como foi dito, a socialização é um processo que dura toda a vida. Desta forma o que vamos assistir é à continuação da socialização do indivíduo em moldes radicalmente diferentes. Trata-se do que alguns sociólogos denominam de ressocialização.

“Em certas ocasiões, indivíduos adultos podem passar pela ressocialização, a qual é marcada pela desintegração dos valores e padrões de comportamento anteriormente aceites, seguida da adopção de outros radicalmente diferentes. Um tipo de circunstâncias em que tal pode acontecer dá-se quando um indivíduo entra para uma organização carcerária (...) ou qualquer outro lugar em que ele ou ela é isolado do mundo exterior e sujeito a disciplinas rigorosas e exigências completamente novas. Em situações de extrema tensão, as transformações de perspectivas e de personalidade podem ser bastante dramáticas” (Giddens).

É neste contexto que questionar o modelo de campo, seja ele de refugiados, deslocados ou de imigrantes, assume particular importância. O campo constitui o novo território e *habitat* social no qual se vai operar o processo de ressocialização das populações deslocadas. O modelo de interacção social que o campo reproduz vai moldar a identidade social daquelas populações.

Como a violência se gera a si mesmo – violência reproduz violência – indivíduos que passaram por experiências de violência extrema tendem a reproduzi-la na construção da sua nova identidade, encontrando no campo terreno fértil para tal, dada a total ausência de mecanismos sociais e culturais que a regulem e contenham.

No contexto da deslocação de grandes massas populacionais, o campo vai constituir a forma por excelência de recomposição territorial, com tendência para gerar novos grupos e criar novos valores. Nos campos, os indivíduos, separados das estruturas sociais anteriores e das do país de acolhimento, criam um espaço social com características muito próprias, com novas identidades, com novas relações simbólicas. Como tal, esquecendo rapidamente as suas crenças anteriores, estão bastante susceptíveis à adesão a grupos políticos armados que por vezes podem ser extremamente violentos (Aquille Mbembe).

Regressando à violência. Como se disse, a natureza do conceito de violência é muito escorregadia. Não é apenas o conceito do que é violência que é subjectivo como o é igualmente a legitimidade da sua aplicação. O que constitui violência é sempre mediado pela dicotomia, expressa ou implícita, legitimidade/ilegitimidade. Conforme a nossa posição na ordem político-económica mundial, determinados actos de violência podem ser entendidos como depravados ou gloriosos.

Desta forma, existe um discurso legitimador por detrás de toda a acção violenta. Esse discurso pode assumir variadas formas: mera retórica política, a história ou mitologia de um povo ou exercícios rituais que de alguma forma dão sentido à violência.

David Riches explicita esta subjectividade através do triângulo perpetrador-vítima-testemunha. Cada vértice do triângulo tem o seu ponto de vista do que é violência e se ela é legítima. Pode dar-se o caso de todos concordarem que determinada acção é violenta mas estarem em desacordo quanto à sua legitimidade. Quer o perpetrador como a vítima podem

concordar que determinado acto é violento mas legítimo, visto partilharem o mesmo universo sociocultural, e a testemunha – observador externo – não reconhecer qualquer legitimidade ao comportamento daqueles actores sociais¹.

Ao nos debruçarmos sobre a violência entre a juventude em campos de refugiados é necessário analisarmos o discurso legitimador da violência de forma a entendermos a nova ordem sociocultural deste novo território.

É interessante verificar como no processo de ressocialização que se opera no campo vão ser utilizados elementos culturais provenientes da anterior ordem social mas que são reinterpretados à luz da nova realidade. Maurice Bloch na obra **Prey into Hunter** estabelece diversas relações entre o processo ritual e violência. Procura demonstrar como, em certas ocasiões, o processo ritual se reveste de uma linguagem de violência expansionista e se transforma num poderoso meio de legitimação da violência. Estabelece, assim, uma estreita relação entre violência e religião que resulta de uma tentativa de transcendentalizar o ritual e a política. Isto é, a violência pode surgir como resultado da sacralização do político.

O processo ritual que em circunstâncias sociais ‘normais’ funciona como uma forma de regulação e contenção da violência pode, perante a anomia, transformar-se num veículo da sua reprodução e legitimação. Existem diversos exemplos de rituais de iniciação que são reinterpretados, transformando-se em rituais de iniciação à guerrilha. A violência dos grupos armados é extremamente ritualizada e os jovens, pelos motivos já referidos, aderem mais facilmente a esta ritualização da violência.

Referências bibliográficas:

- BLOCH, Maurice, *Prey into Hunter – The Politics of Religious Experience*, Cambridge University Press, Cambridge, 1992
- BOURGOIS, P. & SHEPER-HUGHES, *Violence – An Anthology*, Blackwell Publishing, UK, 2004
- CARVALHO FERREIRA, J.M. et al, *Sociologia*, McGraw-Hill, Lisboa, 1995
- GIDDENS, Anthony, *Sociologia,....*
- LAKATOS, Eva Maria, *Sociologia Geral*, Ed. Atlas, São Paulo, 1995
- STEWART, Pamela & STRATHERN, Andrew, *Violence – Theory and Ethnography*, Continuum Press, Londres, 2002

¹ Esta atitude é particularmente frequente na análise de sociedades onde se verifica a existência da instituição *disputa de sangue* (*blood-feud*) e da prática da *vingança* como forma legítima de aplicação da força e de fazer justiça. Com efeito, um observador externo sem sensibilidade antropológica tende a negar qualquer legitimidade àquelas práticas, classificando-as como simples ‘violência’ sem qualquer sentido de justiça, esquecendo que, em determinados contextos culturais, *vingança* é sinónimo de justiça e que, a par com a existência do sistema de *disputa de sangue*, existem mecanismos de regulação e resolução do ‘conflito’. Além disso, podemos considerar que a própria socialização do conceito de *vingança* tem um efeito preventivo relativamente à ‘violência’. O não reconhecimento destes valores por parte de um observador externo desinformado pode ter consequências funestas.